

## Relatório da Administração - 2014

No exercício de 2014, foram adotadas todas as medidas necessárias para o cumprimento das obrigações legais e regulamentares, objetivando preservar a situação econômico-financeira da Companhia face ao processo de descontinuidade de suas atividades operacionais.

Em termos de desempenho, os fatores determinantes para o resultado registrado no ano de 2014 foram a adequação do nível das provisões técnicas e dos passivos judiciais.

### Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 (Em R\$ mil)

ATIVO	Nota Explicativa	31/12/2014		31/12/2013		Passivo	Nota Explicativa	31/12/2014		31/12/2013	
<b>CIRCULANTE</b>		<b>300.642</b>	<b>315.279</b>			<b>Circulante</b>		<b>38.924</b>	<b>31.552</b>		
Disponível		12.574	12.885			Contas a Pagar		1.129	1.082		
Caixa e Bancos		158	147			Obrigações a Pagar	12.1	261	260		
Equivalente de Caixa	5	12.416	12.738			Impostos e Encargos Sociais a Recolher	12.2	276	268		
Aplicações	5	285.311	300.761			Encargos Trabalhistas	12.3	592	554		
<b>Créditos das Operações com Seguros e Resseguros</b>		<b>2.033</b>	<b>1.005</b>			<b>Débitos de Operações com Seguros e Resseguros</b>		<b>371</b>	<b>446</b>		
Prêmios a Receber	6.1	163	149			Prêmios a Restituir		9	9		
Operações com Seguradoras	6.4	970	784			Operações com Resseguradoras		1	1		
Operações com Resseguradoras	6.6	900	72			Corretores de Seguros e Resseguros		77	76		
<b>Outros Créditos Operacionais</b>		<b>14</b>	<b>12</b>			Outros Débitos Operacionais		284	360		
Ativos de Resseguro - Provisões Técnicas	7	110	116			<b>Provisões Técnicas - Seguros</b>	14	<b>37.424</b>	<b>30.024</b>		
<b>Títulos e Créditos a Receber</b>		<b>452</b>	<b>342</b>			Danos		5.229	4.224		
Títulos e Créditos a Receber	8.3	268	302			Pessoas		32.195	25.800		
Créditos Tributários e Previdenciários	8.1	35	0			<b>Passivo não Circulante</b>		<b>191.071</b>	<b>206.991</b>		
Outros Créditos	8.3	149	40			Contas a Pagar		566	768		
<b>Outros Valores e Bens</b>		<b>138</b>	<b>148</b>			Tributos Diferidos	15	566	768		
Bens a Venda		118	126			<b>Provisões Técnicas - Seguros</b>	14	<b>157.771</b>	<b>169.617</b>		
Outros Valores		20	22			Danos		52.426	50.587		
<b>Despesas Antecipadas</b>		<b>10</b>	<b>10</b>			Pessoas		105.345	119.030		
Ativo não Circulante		91.267	100.866			<b>Outros Débitos</b>	16	<b>32.734</b>	<b>36.606</b>		
Realizável a Logo Prazo		84.807	93.547			Provisões Judiciais		32.734	36.606		
<b>Ativos de Resseguro - Provisões Técnicas</b>	7	<b>11.428</b>	<b>10.604</b>			<b>Patrimônio Líquido</b>	18	<b>161.914</b>	<b>177.602</b>		
<b>Títulos e Créditos a Receber</b>		<b>73.379</b>	<b>82.943</b>			Capital Social		120.000	120.000		
Créditos Tributários e Previdenciários	8.1	332	320			Reservas de Lucros		42.028	57.723		
Depósitos Judiciais e Fiscais	8.2	73.000	82.441			(-) Ações em Tesouraria		(114)	(114)		
Outros Créditos a Receber	8.3	47	182			Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários		0	(7)		
<b>Investimentos</b>	9	<b>4.651</b>	<b>5.114</b>								
Imóveis Destinados à Renda		4.651	5.114								
<b>Imobilizado</b>	10	<b>1.714</b>	<b>1.997</b>								
Imóveis de Uso Próprio		1.377	1.513								
Bens Móveis		337	484								
<b>Diferido</b>	11	<b>95</b>	<b>208</b>								
<b>Total do Ativo</b>		<b>391.909</b>	<b>416.145</b>			<b>Total do Passivo</b>		<b>391.909</b>	<b>416.145</b>		

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

A Cospesp, cujo controle acionário é detido pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, com 94,7% das ações, encerrou o exercício com Patrimônio Líquido de R\$ 161,9 milhões e ativos garantidores das reservas técnicas de R\$ 285,1 milhões. A Administração da Companhia agradece aos seus acionistas, empregados, fornecedores e clientes o apoio e a colaboração recebidos.

São Paulo (SP), fevereiro de 2015  
A Administração

### Demonstrações de Resultado Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 (Em R\$ mil, exceto o Prejuízo Líquido por Ação)

VARIÁVEIS	Nota Explicativa	31/12/2014		31/12/2013	
<b>Prêmios Emitidos</b>		<b>19</b>	<b>1.819</b>	<b>1.577</b>	
<b>Variáveis das Operações</b>					
Técnicas de Prêmios					
Prêmios Ganhos					
Sinistros Ocorridos					
Custos de Aquisição					
<b>Outras Receitas e Despesas Operacionais</b>		<b>22</b>	<b>(5.129)</b>	<b>(469)</b>	
<b>Resultado com Resseguro</b>			<b>415</b>	<b>(164)</b>	
<b>Despesas Administrativas</b>		<b>23</b>	<b>(8.749)</b>	<b>(8.838)</b>	
<b>Despesas com Tributos</b>		<b>24</b>	<b>(1.036)</b>	<b>(902)</b>	
<b>Resultado Financeiro</b>		<b>25</b>	<b>18.915</b>	<b>8.500</b>	
<b>Resultado Patrimonial</b>		<b>26</b>	<b>1.484</b>	<b>1.414</b>	
<b>Resultado Operacional</b>			<b>(16.159)</b>	<b>(29.542)</b>	
<b>Ganhos ou Perdas com ativos não correntes</b>		<b>27</b>	<b>323</b>	<b>9.742</b>	
<b>Resultado Antes dos Impostos e Participações</b>			<b>(15.836)</b>	<b>(19.800)</b>	
Imposto de Renda			29	126	
Contribuição Social			29	76	
Participações sobre o Resultado				(61)	(62)
<b>Prejuízo Líquido do Exercício</b>			<b>(15.695)</b>	<b>(19.660)</b>	
Quantidade de Ações (Lote de 1.000 Ações)				120.000	120.000
<b>Prejuízo Líquido do Exercício por Ação (Lote de 1.000 Ações) - R\$....</b>			<b>(130,79)</b>	<b>(163,83)</b>	

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

### Demonstrações de Resultado Abrangente Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 (Em R\$ mil)

	31/12/2014	31/12/2013
<b>Prejuízo Líquido do Exercício</b>	<b>(15.695)</b>	<b>(19.660)</b>
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	7	0
<b>Total do Prejuízo Abrangente do Exercício</b>	<b>(15.688)</b>	<b>(19.660)</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

### Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 (Em R\$ mil)

	31/12/2014	31/12/2013
<b>Atividades Operacionais</b>		
<b>Prejuízo Líquido do Exercício</b>	<b>(15.695)</b>	<b>(19.660)</b>
Ajustes para:		
Depreciações e Amortizações	860	920
Ganho na Alienação de Imobilizado/Investimentos	0	(9.055)
Reversão de Perdas por Redução ao Valor Recuperável dos Ativos	7	0
Outros Ajustes	0	2

**Variáveis nas contas patrimoniais:**

	31/12/2014	31/12/2013
Aplicações Financeiras	15.451	7.026
Créditos das Operações de Seguros e Resseguros	(1.030)	314
Ativos de Resseguros	(818)	392
Créditos Tributários e Previdenciários	(48)	61
Depósitos Judiciais e Fiscais	9.441	8.689
Despesas Antecipadas	0	0
Custos de Aquisição Diferidos	0	2
Outros Ativos	72	567
Contas a Pagar	(155)	(687)
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	(75)	249
Provisões Técnicas - Seguros e Resseguros	(4.447)	(597)
Provisões Judiciais	(3.872)	1.341

**Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades Operacionais**

**Atividades de Investimento**

	31/12/2014	31/12/2013
Recebimento pela alienação:		
Investimentos	0	10.531
Imobilizado	0	16
Pagamento pela Compra:		
Imobilizado	(2)	(109)

**Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades de Investimento**

**Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa**

	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	12.885	12.883
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Exercício	12.574	12.885
<b>Aumento no Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>(311)</b>	<b>2</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Adicionalmente, à obrigação primária de cobertura de morte, o cálculo também considera as coberturas adicionais, tais como IPA (Invalidez Permanente por Acidente), IPD (Invalidez Permanente por Doença) e cláusula cônjuge; ✓ Prêmios futuros, considerando a taxa de cancelamento zero, pela característica de apólices reatadas judicialmente; ✓ Comissões futuras, que, pela característica da carteira, que considera segurados reatados judicialmente, inexistem premissa relacionada ao corretor; ✓ Despesas administrativas futuras necessárias para manutenção das apólices, considerando a manutenção deste grupo de apólices até sua extinção. O resultado da projeção futura de prêmios, deduzidas as despesas administrativas, judiciais e sinistros futuros, é trazido a valor presente com base na estrutura a termo das taxas de juros (ETTJ) livre de risco divulgada pela SUSEP, utilizando o indexador de taxa pré-fixada e IGPM.

**iii) Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL**

A provisão de sinistros a liquidar é constituída por estimativa de pagamentos de indenizações prováveis, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data das demonstrações financeiras. A parcela da referida provisão que se encontra em discussão judicial está classificada no passivo não circulante e a provisão é determinada de acordo com o estágio judicial de cada ação sendo atualizada monetariamente. De forma a complementar a provisão de sinistros a liquidar e de acordo com as determinações da Resolução CNSP nº 281/2013, regulamentada pela Circular SUSEP nº 462/2013, a Companhia passou a mensurar os sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER) que poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final. A metodologia considera os sinistros conhecidos e os ajustes de estimativas dos sinistros até o encerramento dos mesmos com data de aviso/citação posterior a 01/01/2007.

**iv) Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR**

A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados é constituída para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados pelos segurados/beneficiários. A metodologia considera os sinistros avisados, pagos ou ainda pendentes de pagamento, considerando eventuais ajustes decorrentes da regulação, utilizando técnicas estatísticas e atuariais aplicadas sobre informações históricas para o período de 96 meses.

**v) Provisão de Despesas Relacionadas - PDR**

A provisão de despesas relacionadas é constituída para fazer frente à cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações de sinistros. A Nota Técnica foi elaborada de acordo com as determinações da Resolução CNSP nº 281/2013, regulamentada pela Circular SUSEP nº 462/2013.

**3.8 Teste de Adequação de Passivos - TAP**

A Companhia elaborou o TAP para as apólices vigentes na data de execução do teste em atendimento à Circular SUSEP nº 457/2012. O teste de adequação de passivos foi efetuado considerando as premissas descritas no item 3.7. (ii) Provisão Complementar de Cobertura (PCC). O cálculo realizado para a data-base de 31 de dezembro de 2014, apresentou insuficiência que foi registrada na rubrica Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

**3.9 Passivos Financeiros**

As obrigações a pagar aos fornecedores são obrigações demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias incorridas até a data-base das demonstrações financeiras.

**3.10 Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais**

**i) Ativos Contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

**ii) Passivos Contingentes (Ações Judiciais não Relacionadas a Sinistros)**

São constituídos levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não são divulgados.

**iii) Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias**

Decorrem de um contrato (por meio de termos explícitos ou implícitos), de uma legislação ou de outro dispositivo legal, e têm os seus montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras.

**3.11 Patrimônio Líquido**

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. A distribuição de

### Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 (Em R\$ mil)

	Reservas de Lucros					Patrimônio Líquido Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Ações em Tesouraria	Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>120.000</b>	<b>10.739</b>	<b>75.553</b>	<b>(114)</b>	<b>(7)</b>	<b>197.262</b>
Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	0	(19.660)
Transferência entre Reservas	0	0	(28.569)	0	0	28.569
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>120.000</b>	<b>10.739</b>	<b>46.984</b>	<b>(114)</b>	<b>(7)</b>	<b>177.602</b>
Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	0	(15.695)
Ajuste com Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	7	0
Transferência entre Reservas	0	0	(15.695)	0	0	15.695
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>120.000</b>	<b>10.739</b>	<b>31.289</b>	<b>(114)</b>	<b>0</b>	<b>161.914</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 (Em R\$ mil)

#### 1. Contexto Operacional

A Companhia de Seguros do Estado de São Paulo ("Companhia" ou "COSESP") é uma sociedade de capital fechado, constituída em 29/09/1967, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar na modalidade de seguros de pessoas e danos em todo território nacional, com sede na Rua Pamplona, 227, São Paulo/SP, e que tem como principal acionista a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Desde o exercício de 2007, a Companhia não comercializa novos seguros de pessoas e de bens, em virtude do processo de encerramento de seus negócios, mantendo apenas a emissão provisória de apólices do ramo vida em grupo por ordens judiciais em decisões de tutela antecipada, medida cautelar ou medida liminar, obrigando a Companhia a manter a cobertura securitária. Uma vez determinada judicialmente a reativação da apólice, a operação caracteriza-se como uma operação de seguro, passando a Companhia a seguir as normas e critérios estabelecidos pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Em 25 de julho de 2009, a Procuradoria Federal indeferiu pedido de reconsideração formulado pela COSESP contra o indeferimento do pedido de autorização prévia para ingressar em regime de liquidação voluntária. Em 22 de dezembro de 2009, o artigo 9º da Lei nº 13.286/2008, foi alterado com a publicação da Lei nº 13.917, que passou a autorizar o Poder Executivo do Estado de São Paulo a alienar as ações de propriedade do Estado, representativas do capital social da COSESP, mediante avaliação prévia e observadas as disposições aplicáveis da Lei Federal nº 8.666/1993, bem como deliberar sobre a liquidação e subsequente extinção da COSESP, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976 e alterações posteriores. A Administração da Companhia continua preparando suas demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade normal dos negócios, e, assim, as demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores dos ativos ou a classificação de passivos, bem como seus efeitos no patrimônio líquido ajustado caso a Companhia venha a ser liquidada e subsequentemente extinta. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 12 de fevereiro de 2015.

#### 2. Critérios de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, que incluem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando aprovados pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico como base de valor, com exceção para os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Na elaboração das presentes demonstrações financeiras, foi observado o modelo de publicação contido na Circular SUSEP nº 483/2014.

#### 2.1 Moeda Funcional e de Apresentação

A moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia atua, utilizada na preparação das demonstrações financeiras, é o Real (

dividendos e juros sobre o capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras no final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

### 3.12 Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício, e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço.

### 4. Gerenciamento de Risco

#### 4.1 Risco de Subscrição

O risco de seguro é o risco transferido por qualquer contrato onde há a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde há incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Dentro do risco de seguro, destaca-se também o risco de subscrição que advém de uma situação econômica adversa que contraria às expectativas da entidade quanto à sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes tanto na definição das premissas atuariais quanto na constituição das provisões técnicas e cálculo de prêmios. Em síntese é o risco de que a frequência ou a severidade de sinistros ou benefícios ocorridos sejam maiores do que aqueles estimados. Conforme mencionado nas Notas Explicativas 1 e 3.1, a Companhia subscree riscos em função de decisões judiciais e, consequentemente, à medida que tais riscos não levam em conta o equilíbrio atuarial, uma Provisão de Complementar de Cobertura (PCC) é reconhecida.

#### 4.2 Risco Operacional

O risco operacional é representado pela possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, ineficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, de eventos externos, deficiências em contratos, descumprimentos de dispositivos legais, práticas comerciais inadequadas e indenização por danos a terceiros. Essa definição inclui o Risco Legal. A Companhia mantém políticas definidas e um quadro funcional experiente no monitoramento e gerenciamento das obrigações atuais. Devido ao fato de a Companhia manter um restrito nível de subscrição, a estrutura administrativa é compatível às necessidades atuais para que o risco operacional seja igualmente monitorado *vis-à-vis* às competências necessárias. A Companhia mantém suas operações concentradas no estado de São Paulo.

#### 4.3 Risco de Crédito

O risco de crédito ao qual a Companhia está exposta consiste na possibilidade de contraparte não cumprir com suas obrigações, financeiras ou não, causando perdas de benefícios econômicos à Companhia. As perdas são risco relacionadas aos recursos que não mais serão recebidos. O gerenciamento do risco de crédito financeiro da Companhia consiste, entre outros, no cumprimento do Decreto Estadual nº 55.357, de 18 de janeiro de 2010, que determina que a COSESP centralize as operações de natureza financeira, inclusive aplicações financeiras, exclusivamente no Banco do Brasil S.A. Em observância à legislação mencionada, os ativos financeiros da Companhia estão aplicados naquela instituição em um fundo exclusivo lastreado em papéis do tesouro nacional. Desta forma a única exposição ao risco de crédito dos investimentos da Companhia em 31 de dezembro de 2014 é o risco país, o qual é classificado com o rating interno "BBB" pela Agência Fitch.

#### 4.4 Risco de Mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perdas financeiras por oscilação de preços, índices e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia. O gerenciamento do risco de mercado da Companhia consiste no acompanhamento do VaR (*Value at Risk*) divulgado pela instituição financeira administradora do fundo exclusivo da Companhia, conforme tabela abaixo:

Data	Valor Justo	VaR	VaR (%)
31/12/2014	297.556	4	0,0014%
31/12/2013	313.381	14	0,0043%

#### 4.5 Risco de Liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de não existir recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre os seus compromissos. Com o objetivo de gerenciar o risco de liquidez, a Companhia elabora fluxo de caixa com a previsão contínua das obrigações em comparação com a respectiva disponibilidade de recursos financeiros. As tabelas a seguir demonstram os ativos e os passivos financeiros da Companhia segregados por prazo e utilizados para monitoramento do risco de liquidez.

Ativos e Passivos Financeiros por Prazo (em R\$ mil)				
Descrição	31/12/2014			
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	Prazo Indeterminado	Total
Caixa e Equivalentes de Caixa	12.574	0	0	12.574
Aplicações	285.098	0	213	285.311
<b>Total dos Ativos Financeiros (1)</b>	<b>297.672</b>	<b>0</b>	<b>213</b>	<b>297.885</b>
Contas a Pagar	261	868	0	1.129
Débitos de Operações com Seguros	243	0	128	371
Provisões Técnicas de Seguros	37.424	0	157.771	195.195
Provisões Judiciais	0	0	32.734	32.734
<b>Total dos Passivos (2)</b>	<b>37.928</b>	<b>868</b>	<b>190.633</b>	<b>229.429</b>
<b>Total (1 - 2)</b>	<b>259.744</b>	<b>(868)</b>	<b>(190.420)</b>	<b>68.456</b>

Ativos e Passivos Financeiros por Prazo (em R\$ mil)				
Descrição	31/12/2013			
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	Prazo Indeterminado	Total
Caixa e Equivalentes de Caixa	12.885	0	0	12.885
Aplicações	300.548	0	213	300.761
<b>Total dos Ativos Financeiros (1)</b>	<b>313.433</b>	<b>0</b>	<b>213</b>	<b>313.646</b>
Contas a Pagar	528	554	0	1.082
Débitos de Operações com Seguros	318	0	128	446
Provisões Técnicas de Seguros	30.024	0	169.617	199.641
Provisões Judiciais	0	0	36.606	36.606
<b>Total dos Passivos (2)</b>	<b>30.870</b>	<b>554</b>	<b>206.351</b>	<b>237.775</b>
<b>Total (1 - 2)</b>	<b>282.563</b>	<b>(554)</b>	<b>(206.138)</b>	<b>75.871</b>

#### 4.6 Patrimônio Líquido Ajustado e Capital Mínimo Requerido - Adequação de Capital

Nos termos das Resoluções CNSP 280/2013, 283/2013, 302/2013, as sociedades seguradoras deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), e equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco. De acordo com a Resolução CNSP nº 317 de 2014 onde foi regulado o Capital Adicional pertinente ao risco de mercado, a efetiva exigência do montante de 50% do capital somente ocorrerá entre 31/12/2016 e 30/12/2017. Enquanto isso a Seguradora está apurando o capital de risco de subscrição, crédito e operacional, como demonstrado abaixo:

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
(+) Patrimônio Líquido	161.914	177.602
(-) Despesas Antecipadas	10	10
(-) Ativo Diferido	95	208
<b>(=) Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)</b>	<b>161.809</b>	<b>177.384</b>
Margem de Solvência (I)	8.614	8.160
<b>Capital base (II)</b>	<b>15.000</b>	<b>15.000</b>
(+) Capital Adicional de Risco de Subscrição	5.120	4.575
(+) Capital Adicional de Risco de Crédito	7.113	7.188
(+) Capital Adicional de Risco Operacional	351	331
(-) Deflator em Função da Correlação entre os Riscos	1.592	1.493
<b>Capital adicional (II)</b>	<b>10.992</b>	<b>10.601</b>
<b>Capital mínimo requerido (CMR) - maior entre II e III</b>	<b>15.000</b>	<b>15.000</b>
<b>Suficiência de capital (PLA - CMR)</b>	<b>146.809</b>	<b>162.384</b>

#### 4.7 Análise de Sensibilidade

Na presente análise de sensibilidade, consideramos o fator de risco taxa de juros, em função da relevância deste nas posições ativas e passivas da Companhia. As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na melhor estimativa de mudanças sobre esta premissa em um cenário e condições normais de mercado.

##### i) Adequação de Passivo

A tabela demonstra a mudança esperada da variável e impacto potencial sobre o resultado do exercício e o Patrimônio Líquido da Companhia em relação a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

Fator de Risco	Sensibilidade	Patrimônio Líquido	Resultado
Taxa de Juros	1,0%	185	185
Taxa de Juros	-1,0%	(205)	(205)

##### ii) Investimentos

O teste de sensibilidade apresenta o resultado da expectativa de mercado do aumento da taxa de juros aplicada de forma direta na rentabilidade do fundo investimento exclusivo da Companhia. A análise de sensibilidade foi elaborada considerando o casamento dos ativos e dos passivos.

Fator de Risco	Sensibilidade	Patrimônio Líquido	Resultado
Taxa de Juros	1,0%	2.762	2.762
Taxa de Juros	-1,0%	(2.761)	(2.761)

##### iii) Sinistros

O teste de sensibilidade apresenta o impacto da expectativa de aumento dos sinistros retidos no resultado do exercício e no Patrimônio Líquido da Companhia. A metodologia aplicada considerou a sinistralidade das apólices emitidas por decisão judicial.

Fator de Risco	Sensibilidade	Patrimônio Líquido	Resultado
Aumento dos Sinistros Retidos	10,0%	(771)	(771)
Redução dos Sinistros Retidos	-10,0%	787	787

### 5. Aplicações Financeiras e Equivalente de Caixa

#### 5.1 Composição das Aplicações Financeiras por Títulos e Prazos

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria valor justo por meio do resultado estão apresentados no Ativo Circulante.

Títulos	Vencimento		31/12/2014	
	Em até 1 ano	Acima de 1 ano	Valor Contábil/justo	Custo Atualizado
Quotas de Fundos de Investimentos:				
<b>Fundos Exclusivos</b>	<b>245.472</b>	<b>52.042</b>	<b>297.514</b>	<b>298.023</b>
LFT	928	38.767	39.695	39.739
LTN	14.994	13.278	28.272	28.735
Operações Compromissadas (1)	229.590	0	229.590	229.590
Contratos de Mercados Futuros (2)	0	(3)	(3)	(3)
Tesouraria e Contas a Pagar	(40)	0	(40)	(38)
<b>Outras Aplicações (3)</b>	<b>213</b>	<b>0</b>	<b>213</b>	<b>213</b>
<b>Total</b>	<b>245.685</b>	<b>52.042</b>	<b>297.727</b>	<b>298.236</b>

Títulos	Vencimento		31/12/2013	
	Em até 1 ano	Acima de 1 ano	Valor Contábil/justo	Custo Atualizado
Quotas de Fundos de Investimentos:				
<b>Fundos Exclusivos</b>	<b>250.402</b>	<b>62.884</b>	<b>313.286</b>	<b>314.023</b>
LFT	1.014	37.349	38.363	38.380
LTN	15.994	25.554	41.548	42.266
NTN	2.436	0	2.436	2.457
Operações Compromissadas (1)	230.998	0	230.998	230.998
Contratos de Mercados Futuros (2)	0	(19)	(19)	(19)
Tesouraria e Contas a Pagar	(40)	0	(40)	(59)
<b>Outras Aplicações (3)</b>	<b>213</b>	<b>0</b>	<b>213</b>	<b>213</b>
<b>Total</b>	<b>250.615</b>	<b>62.884</b>	<b>313.499</b>	<b>314.236</b>

(1) As operações compromissadas estão aplicadas no Banco do Brasil S.A., em um fundo exclusivo lastreado em papéis do tesouro nacional.

(2) Associado as operações com os títulos públicos, especificamente a LTN - Letras do Tesouro Nacional e tem como objetivo a redução da exposição a riscos de mercado e de taxas de juros.

(3) Fundos retidos do IRB.

#### 5.2 Hierarquia do Valor Justo dos Ativos Financeiros

i) **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;  
 ii) **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);  
 iii) **Nível 3** - Premissas, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Títulos ao valor justo por meio do resultado e equivalente de caixa	31/12/2014 Nível 2	31/12/2013 Nível 2
Fundos de Investimentos - Exclusivo	297.514	313.286
Outras Aplicações	213	213
<b>Total</b>	<b>297.727</b>	<b>313.499</b>

#### 5.3 Aplicações Financeiras e Equivalente de Caixa - Movimentação

Título	Saldo em 31/12/2013	Aquisições	Alienações	Resultado Financeiro	Saldo em 31/12/2014
Quotas de Fundos de Investimentos	313.286	1.700	(48.536)	31.064	297.514
Outras Aplicações	213	0	0	0	213
<b>Total</b>	<b>313.499</b>	<b>1.700</b>	<b>(48.536)</b>	<b>31.064</b>	<b>297.727</b>

Título	Saldo em 31/12/2012	Aquisições	Alienações	Resultado Financeiro	Saldo em 31/12/2013
Quotas de Fundos de Investimentos	320.340	20.000	(50.692)	23.638	313.286
Outras Aplicações	167	46	0	0	213
<b>Total</b>	<b>320.507</b>	<b>20.046</b>	<b>(50.692)</b>	<b>23.638</b>	<b>313.499</b>

### 6. Créditos das Operações com Seguros e Resseguros

#### 6.1 Prêmios a Receber

Descrição	31/12/2014		31/12/2013	
	Valores a para Risco Receber	Prêmios a Receber Líquido	Valores a para Risco Receber	Prêmios a Receber Líquido
Vida em Grupo	710	(552)	158	701
Outros	28	(23)	5	28
<b>Total - Circulante</b>	<b>738</b>	<b>(575)</b>	<b>163</b>	<b>729</b>

O prazo médio de parcelamento para recebimento de prêmios é de 30 (trinta) dias.

#### 6.2 Prêmios a Receber por Vencimento

Descrição	31/12/2014		31/12/2013	
	Valores a para Risco Receber	Prêmios a Receber Líquido	Valores a para Risco Receber	Prêmios a Receber Líquido
De 01 a 30 dias	90	0	90	82
De 31 a 365 dias	11	0	11	0
Superior a 365 dias	12	0	12	0
<b>Total de prêmios a vencer (I)</b>	<b>113</b>	<b>0</b>	<b>113</b>	<b>82</b>
De 01 a 30 dias	3	0	3	18
De 31 a 365 dias	21	(8)	13	57
Superior a 365 dias	601	(567)	34	572
<b>Total de prêmios vencidos (II)</b>	<b>625</b>	<b>(575)</b>	<b>50</b>	<b>647</b>
<b>Total de prêmios a receber (I+II)</b>	<b>738</b>	<b>(575)</b>	<b>163</b>	<b>729</b>

Descrição	31/12/2014		31/12/2013	
	Valores a para Risco Receber	Prêmios a Receber Líquido	Valores a para Risco Receber	Prêmios a Receber Líquido
Saldo Inicial			149	136
Prêmios Emitidos			1.909	1.859
Prêmios Recebidos/Baixados			(1.821)	(1.721)
Prêmios Cancelados			(79)	(117)
Reversão/Constituição da Provisão para Perda			5	(8)
<b>Prêmios a Receber</b>	<b>163</b>	<b>149</b>	<b>163</b>	<b>149</b>

#### 6.3 Movimentação dos Prêmios a Receber

Descrição	31/12/2014		31/12/2013	
	Valores a para Risco Receber	Prêmios a Receber Líquido	Valores a para Risco Receber	Prêmios a Receber Líquido
Sinistros a Recuperar	1.252	(282)	970	1.170
<b>Total - Circulante</b>	<b>1.252</b>	<b>(282)</b>	<b>970</b>	<b>(386)</b>

#### 6.5 Movimentação das Operações com Seguradoras

Descrição	31/12/2014		31/12/2013	
	Valores a para Risco Receber	Prêmios a Receber Líquido	Valores a para Risco Receber	Prêmios a Receber Líquido
Saldo Inicial			784	827
Valores a Recuperar			5.539	5.709
Valores Recebidos/Baixados			(5.457)	(5.366)
Reversão/Constituição da Provisão para Perda			104	(386)
<b>Operações com Seguradoras a Receber</b>	<b>970</b>	<b>784</b>	<b>970</b>	<b>784</b>

#### 6.6 Operações com Resseguradoras

Descrição	31/12/2014		31/12/2013	
	Valores a para Risco Receber	Prêmios a Receber Líquido	Valores a para Risco Receber	Prêmios a Receber Líquido
Sinistros Pagos	1.763	(863)	900	710
<b>Total - Circulante</b>	<b>1.763</b>	<b>(863)</b>	<b>900</b>	<b>710</b>

#### 6.7 Movimentação das Operações com Resseguradoras

Descrição	31/12/2014		31/12/2013	
	Valores a para Risco Receber	Prêmios a Receber Líquido	Valores a para Risco Receber	Prêmios a Receber Líquido
Saldo Inicial			72	337
Valores a Recuperar			1.172	271
Valores Recebidos/Baixados			(119)	(803)
Constituição/Reversão da Provisão para Perda			(225)	267
<b>Operações com Resseguradoras a Receber</b>	<b>900</b>	<b>72</b>	<b>900</b>	<b>72</b>

### 6.8 Movimentação da Provisão para Riscos de Crédito

A movimentação para risco de crédito das Operações com Seguros e Resseguros é demonstrada na tabela a seguir:

Descrição	Provisão para Riscos de Créditos		
	Prêmios a Receber	Operações com Seguradoras	Operações com Resseguradoras Total
Saldo em 1º de Janeiro de 2			

14. Provisões Técnicas - Seguros

a) Movimentação das Provisões Técnicas

Descrição	31/12/2014					Saldo Final
	Saldo Inicial	Constituições	Ajustes de Estimativas	Pagamentos	Atualizações	
Provisão de Sinistros a Liquidar (Administrativa/Judicial)	176.277	6.167	5.082	(38.346)	14.836	164.016
Provisão de Despesas Relacionadas - PDR	10.035	4.053	(1.553)	0	0	12.535
Provisão de Sinistros Ocorridos e não Suficientemente Avisados - IBNER	6.639	4.944	0	0	0	11.583
Provisão Complementar de Cobertura - PCC	4.324	708	(499)	0	0	4.533
Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR	2.310	209	(53)	0	0	2.466
Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG	56	766	(760)	0	0	62
<b>Total</b>	<b>199.641</b>	<b>16.847</b>	<b>2.217</b>	<b>(38.346)</b>	<b>14.836</b>	<b>195.195</b>

  

Descrição	31/12/2013					Saldo Final
	Saldo Inicial	Constituições	Ajustes de Estimativas	Pagamentos	Atualizações	
Provisão de Sinistros a Liquidar (Administrativa/Judicial)	181.233	6.331	18.463	(42.889)	13.139	176.277
Provisão de Despesas Relacionadas - PDR	8.909	1.126	0	0	0	10.035
Provisão de Sinistros Ocorridos e não Suficientemente Avisados - IBNER	0	6.639	0	0	0	6.639
Provisão Complementar de Cobertura - PCC	7.619	188	(3.483)	0	0	4.324
Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR	2.406	279	(375)	0	0	2.310
Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG	55	686	(685)	0	0	56
Provisão Complementar de Prêmios - PCP	16	0	(16)	0	0	0
<b>Total</b>	<b>200.238</b>	<b>15.249</b>	<b>13.904</b>	<b>(42.889)</b>	<b>13.139</b>	<b>199.641</b>

b) Composição das Provisões Técnicas Líquida de Resseguro

Descrição	31/12/2014		31/12/2013	
	Bruta de Resseguro	Líquida de Resseguro	Bruta de Resseguro	Líquida de Resseguro
Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG	62	62	56	56
Provisão Complementar de Cobertura - PCC	4.533	4.533	4.324	4.324
Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL	164.016	152.580	176.277	165.662
Provisão de Despesas Relacionadas - PDR	12.535	12.535	10.035	10.035
Provisão de Sinistros Ocorridos e não Suficientemente Avisados	11.583	11.583	6.639	6.639
Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados	2.466	2.364	2.310	2.205
<b>Total</b>	<b>195.195</b>	<b>183.657</b>	<b>199.641</b>	<b>188.921</b>
<b>Circulante</b>	<b>37.424</b>	<b>37.314</b>	<b>30.024</b>	<b>29.908</b>
<b>Não circulante</b>	<b>157.771</b>	<b>146.343</b>	<b>169.617</b>	<b>159.013</b>

Os sinistros em discussão judicial no montante de R\$ 145.270 (R\$ 159.627 em 31/12/2013), estão provisionados na rubrica "Provisão de Sinistros a Liquidar - não circulante", e são constituídos levando em conta o estágio processual de cada discussão e são atualizados monetariamente pelo INPC, acrescido dos juros simples de 0,5% ao mês até 12/2002 e 1% ao mês a partir de 01/2003 até a data-base. Conforme segue, apresentamos a composição da responsabilidade total da Companhia dos sinistros discutidos judicialmente.

Chances de Ocorrência	31/12/2014			31/12/2013		
	Quantidade de Ações	Valor em Risco	Valor Provisionado*	Quantidade de Ações	Valor em Risco	Valor Provisionado*
Provável	943	113.688	113.688	998	112.379	112.379
Possível	754	85.785	43.773	1.212	127.032	62.112
Remota	469	66.015	0	1.047	128.225	0
<b>Total</b>	<b>2.166</b>	<b>265.488</b>	<b>157.461</b>	<b>3.257</b>	<b>367.636</b>	<b>174.491</b>

\* Valor bruto de cosseguro cedido de R\$ 12.191 (R\$ 14.864 em 31/12/2013).

14.3 Tabela de Desenvolvimento de Sinistro

Data do Aviso	Até 2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
No final do ano da divulgação	252.035	20.380	7.627	5.543	4.755	4.131	4.393	4.038	302.902
1 ano depois	5.515	(1.903)	(1.182)	(208)	(514)	246	665		2.619
2 anos depois	38.014	703	375	85	362	214			39.753
3 anos depois	42.217	555	100	328	258				43.458
4 anos depois	27.685	1.311	276	176					29.448
5 anos depois	26.022	1.108	450						27.580
6 anos depois	30.745	1.596							32.341
7 anos depois	18.815								18.815
<b>Sinistros Acumulados</b>	<b>441.048</b>	<b>23.750</b>	<b>7.646</b>	<b>5.924</b>	<b>4.861</b>	<b>4.591</b>	<b>5.058</b>	<b>4.038</b>	<b>496.916</b>
Pagamentos Acumulados	(306.994)	(17.463)	(4.440)	(2.335)	(872)	(1.232)	(866)	(813)	(335.015)
<b>Provisão de Sinistro a Liquidar</b>	<b>134.054</b>	<b>6.287</b>	<b>3.206</b>	<b>3.589</b>	<b>3.989</b>	<b>3.359</b>	<b>4.192</b>	<b>3.225</b>	<b>161.901</b>
PSL Retrocessão - IRB								2.115	2.115
<b>Total da Provisão de Sinistro a Liquidar</b>	<b>134.054</b>	<b>6.287</b>	<b>3.206</b>	<b>3.589</b>	<b>3.989</b>	<b>3.359</b>	<b>4.192</b>	<b>5.340</b>	<b>164.016</b>

14.4 Garantia das Provisões Técnicas

Encontram-se vinculados em garantia das provisões técnicas, os seguintes ativos:

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Provisão de Prêmios Não Ganhos	62	56
Provisão Complementar de Cobertura	4.533	4.324
Provisão de Sinistros a Liquidar	164.016	176.277
Provisão de Sinistros Ocorridos e não Suficientemente Avisados	11.583	6.639
Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados	2.466	2.310
Provisão de Despesas Relacionadas	12.535	10.035
<b>Total de Provisões Técnicas</b>	<b>195.195</b>	<b>199.641</b>
(-) Operações com Resseguradoras	(11.538)	(10.720)
<b>Total a ser Coberto</b>	<b>183.657</b>	<b>188.921</b>
Quotas de Fundos de Investimentos	285.098	300.548
<b>Garantias das Provisões Técnicas</b>	<b>285.098</b>	<b>300.548</b>
<b>Suficiência</b>	<b>101.441</b>	<b>111.627</b>

16.2 Provisões Trabalhistas

São processos de reclamações trabalhistas em curso, nos quais os advogados inferem, de forma individual, e entendem que a perda máxima provável alcance R\$ 4.692 (R\$ 8.291 em 31/12/2013).

Chances de Ocorrência	31/12/2014			31/12/2013		
	Quantidade de Ações	Valor em Risco	Valor Provisionado	Quantidade de Ações	Valor em Risco	Valor Provisionado
Provável	19	4.692	4.692	33	8.291	8.291
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>4.692</b>	<b>4.692</b>	<b>33</b>	<b>8.291</b>	<b>8.291</b>

16.3 Provisões Cíveis

São processos judiciais nos quais os advogados inferem, de forma individual, e entendem que a perda máxima provável atinja R\$ 27.192 (R\$ 27.483 em 31/12/2013).

Chances de Ocorrência	31/12/2014			31/12/2013		
	Quantidade de Ações	Valor em Risco	Valor Provisionado	Quantidade de Ações	Valor em Risco	Valor Provisionado
Provável	147	27.192	27.192	125	27.483	27.483
<b>Total</b>	<b>147</b>	<b>27.192</b>	<b>27.192</b>	<b>125</b>	<b>27.483</b>	<b>27.483</b>

16.4 Movimentação das Provisões Judiciais

Descrição	31/12/2014				Total
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	832	8.291	27.483	36.606	
Constituição	-	596	8.365	8.961	
Reversão/Baixa	-	(774)	(4.901)	(5.675)	
Pagamentos	-	(3.801)	(8.090)	(11.891)	
Atualização Monetária e Juros	19	380	4.334	4.733	
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>851</b>	<b>4.692</b>	<b>27.192</b>	<b>32.734</b>	

17. Ativos e Passivos Contingentes

Auto de Infração

A Companhia foi autuada em imposto de renda no valor aproximado de R\$ 5.168, relativo à glosa de comissões sobre os seguros objetos do Decreto Estadual nº 50.890/68 (Fundo Rural). Para o auto em questão foi efetuado depósito em garantia que atualizado em monta R\$ 11.893 (R\$ 11.194 em 31/12/2013). A classificação da probabilidade de êxito efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia é de possível.

Conselho de Administração		Diretoria Executiva	
HAMILTON CHOHI - Membro	MILTON LUIZ DE MELO SANTOS - Membro	HAMILTON CHOHI - Diretor Presidente	GILBERTO ANTONIO GONÇALVES PUCCI - Diretor
Responsáveis Técnicos		Responsáveis Técnicos	
GILBERTO ANTONIO GONÇALVES PUCCI - Atuário MIBA nº 1.044		MARCOS DA PAZ DA SILVA - CRC 1SP218980/O-0	
Parecer dos Auditores Atuariais Independentes			

Aos Administradores e Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP São Paulo - SP

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP, em 31 de dezembro de 2014, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante.

(d) Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de no mínimo 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma da lei, após deduções determinadas ou admitidas em Lei, bem como o pagamento sob a forma de juros sobre o capital próprio.

19. Prêmios Emitidos Líquidos

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Prêmios Emitidos	1.901	1.853
Prêmios Cancelados	(79)	(116)
Prêmios Restituídos	(3)	(160)
<b>Total</b>	<b>1.819</b>	<b>1.577</b>

20. Variações das Provisões Técnicas de Prêmios

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Variação da Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG	(6)	(1)
Variação da Provisão Complementar de Cobertura - PCC	(208)	3.295
Variação da Provisão para Despesas Relacionadas - PDR	-	(1.126)
Variação da Provisão Complementar de Prêmios - PCP	-	16
<b>Total</b>	<b>(214)</b>	<b>2.184</b>

21. Sinistros Ocorridos

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Indenizações Avisadas Administrativas	(4.395)	(5.897)
Indenizações Avisadas Judiciais	(8.310)	(20.696)
Despesas com Sinistros Administrativos	(76)	(47)
Despesas com Sinistros Judiciais	(7.553)	(1.273)
Recuperação de Sinistros Salvados e Ressarcimentos	1.795	1.597
Variação da Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados	(145)	96
Variação da Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados	(4.944)	(6.639)
<b>Total</b>	<b>(23.628)</b>	<b>(32.846)</b>

22. Outras Receitas e Despesas Operacionais

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Provisões Judiciais	(2.811)	(7.468)
Provisão para Riscos de Créditos	(2.315)	(1.678)
Recuperação de Créditos Operacionais com Seguradoras	-	8.896
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(3)	(219)
<b>Total</b>	<b>(5.129)</b>	<b>(469)</b>

23. Despesas Administrativas

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Despesas com Pessoal	(6.443)	(6.690)
Reversões Trabalhistas	178	256
Serviços de Terceiros	(1.047)	(1.059)
Localização e Funcionamento	(528)	(568)
Depreciação/Amortização	(397)	(458)
Publicações	(187)	(159)
Outras Despesas	(325)	(160)
<b>Total</b>	<b>(8.749)</b>	<b>(8.838)</b>

24. Despesas com Tributos

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Despesas com PIS/COFINS	(220)	(97)
Despesas com Taxa de Fiscalização	(598)	(598)
Despesas com Impostos Municipais/Estaduais	(218)	(207)
<b>Total</b>	<b>(1.036)</b>	<b>(902)</b>

25. Resultado Financeiro

O montante de R\$ 18.915 (R\$ 8.500 em 31/12/2013), tem a seguinte composição:

(a) Receitas Financeiras

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Receitas com Ações	0	10
Quotas de Fundos de Investimentos	31.064	23.638
Operações de Seguros	14	22
Depósitos Judiciais e Fiscais	5.288	5.176
Outras Receitas	43	53
<b>Total</b>	<b>36.409</b>	<b>28.899</b>

(b) Despesas Financeiras

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Juros e Atualizações das Provisões de Sinistros	(13.307)	(13.132)
Juros e Atualizações das Provisões Cíveis, Trabalhistas e Tributárias	(4.048)	(7.197)
Outras Despesas	(139)	(70)
<b>Total</b>	<b>(17.494)</b>	<b>(20.399)</b>

26. Resultado Patrimonial

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Receitas com Imóveis Destinados à Renda - Aluguéis	1.947	1.872
Despesas com Depreciação/Outras	(463)	(458)
<b>Total</b>	<b>1.484</b>	<b>1.414</b>

27. Ganhos com Ativos não Correntes

Aos

Administradores e Acionistas da

**Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP**

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO - COSESP, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da **Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objeto de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores, do parecer do atuariário responsável pelos cálculos das provisões técnicas e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da **Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP** para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da **Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP**. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP** em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**Ênfases****Continuidade operacional**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, desde o exercício de 2007, a Companhia não comercializa novos seguros de pessoas e de bens, em virtude do processo de encerramento de seus negócios, mantendo apenas a emissão provisória de apólices do ramo vida em grupo por ordens judiciais em decisões de tutela antecipada, medida cautelar ou medida liminar, obrigando a Companhia a manter a cobertura securitária. Uma vez determinada judicialmente a reativação da apólice, a operação caracteriza-se como uma operação de seguro, passando a Companhia a seguir as normas e critérios estabelecidos pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Em 25 de julho de 2009, a Procuradoria Federal indeferiu pedido de

reconsideração formulado pela COSESP contra o indeferimento do pedido de autorização prévia para ingressar em regime de liquidação voluntária. Em 22 de dezembro de 2009, o artigo 9º da Lei nº 13.286/2008, foi alterado com a publicação da Lei nº 13.917, que passou a autorizar o Poder Executivo do Estado de São Paulo a alienar as ações de propriedade do Estado, representativas do capital social da COSESP, mediante avaliação prévia e observadas as disposições aplicáveis da Lei Federal nº 8.666/1993, bem como deliberar sobre a liquidação e subsequente extinção da COSESP, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976 e alterações posteriores. A Administração da Companhia continua preparando suas demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade normal dos negócios, e, assim, as demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores dos ativos ou a classificação de passivos, bem como seus efeitos no patrimônio líquido ajustado caso a Companhia venha a ser liquidada e subsequentemente extinta. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

**Contratos de seguros em discussão judicial**

Conforme detalhado na nota explicativa nº 3.7 (ii), a Provisão Complementar de Cobertura (PCC) representa a necessidade de cobertura de possíveis insuficiências de prêmios para cobertura das obrigações futuras relacionadas aos contratos de seguros. Esta provisão contempla as apólices cuja reativação está determinada por decisão judicial oriunda daquelas apólices com renovação anual automática só rescindível por vontade do segurado sem previsão de reajuste do prêmio por mudança de faixa etária dos segurados. Esta provisão considera ações julgadas desfavoravelmente à Companhia, e outros pressupostos que estão descritos na referida nota explicativa. O valor dessa provisão é revisito periodicamente na medida em que as ações são julgadas nas diversas instâncias. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

**Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados**

Conforme evidenciado nas notas explicativas, nos 3.7 e 14, letra "a", a Companhia, em 31 de dezembro de 2014 possui provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER) no montante de R\$ 11.583 mil. Tal provisão foi constituída com base em metodologia técnica atuarial que não considerou os sinistros conhecidos anteriores a 2007. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

**Lei nº 12.973/2014**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 31, a administração da COSESP efetuou a avaliação inicial das disposições contidas na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. Embora a referida Lei entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação, ou seja, pela desistência do Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 1º de janeiro de 2014. A Administração efetuou a opção pela adoção antecipada, em conformidade com a regulamentação exigida pela Instrução Normativa RFB nº 1.478 de 07 de julho de 2014. A Administração entende que não há efeitos passado e futuro oriundos dessa Lei, portanto não há ajustes na base de cálculo do imposto de renda e contribuição social oriundos do Regime Tributário de Transição (RTT) desde 2012. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

**Outros assuntos****Auditoria dos valores correspondentes aos períodos anteriores**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 31 de janeiro de 2014, com ressalva quanto a provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados, e ênfases quanto a continuidade operacional e contratos de seguros em discussão judicial.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2015

**UHY MOREIRA - AUDITORES**

CRC 2 RS 3717 S SP

**HERALDO S. S. DE BARCELLOS**

Contador - CRC 1 RS 11609 S SP

CNAI Nº 43 - Responsável Técnico

**Parecer do Conselho Fiscal**

O Conselho Fiscal da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP, representado pelos membros efetivos que este subscrevem, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, à vista do Parecer dos Auditores Atuariais AT Service Engenharia e Consultoria Atuarial Ltda., elaborado de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuaria - IBA e do Relatório dos Auditores UHY Moreira - Auditores, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

O Conselho Fiscal, por unanimidade, à vista das verificações realizadas ao longo de todo o exercício de 2014, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Companhia e reúnem condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas da Empresa.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2015

Maria Constança Figueiredo

Alexandre Artur Perroni

Nelson Okamura

**COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

CNPJ nº 62.088.042/0001-83

**co sesp**  
seguros